



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADOS – GPR

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS 2011

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS

Fortaleza, março de 2012



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GOVERNADOR
Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR
Domingos Gomes de Aguiar Filho

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Francisco José Bezerra Rodrigues

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO
Ana Lúcia Lima Gadelha

ELABORAÇÃO

COORDENAÇÃO TÉCNICA SETORIAL
José Eleri de Souza
José Raimundo Carvalho

EQUIPE TÉCNICA DE GPR/SEPLAG
Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson
Daniele Passos de Lima Albuquerque
Fátima Coelho Benevides Falcão
Francisco José Rodrigues Freire Júnior
Maria Neuman Ribeiro Moreira
Christiane de Sousa Peixoto – Colaboração técnica

COLABORAÇÃO TÉCNICA SEPLAG
Antenor Barbosa Filho
João Milton Cunha de Miranda
Maria Carmelita Sampaio Colares

SUMÁRIO

POLÍTICA SETORIAL

I. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE RESULTADOS SETORIAIS

1. RESULTADO SETORIAL: SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA, EFETIVA E COM CREDIBILIDADE

1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

1.2.2. Influência Produto-Resultado

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

III. LIÇÕES APRENDIDAS

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS Janeiro a Dezembro de 2011

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS

POLÍTICA SETORIAL

A criminalidade representa atualmente um dos mais graves problemas sociais para a sociedade brasileira. A conjugação de muitos fatores pode ser imputada como causa desencadeadora da violência, tais como as condições econômicas sociais adversas que atingem considerável parcela da população, perda de vínculos familiares, o avanço do tráfico de drogas, a não universalização do acesso a serviços básicos de educação e saúde e dificuldades no campo da geração de emprego e renda para atender a esse contingente.

A área da segurança e defesa social tem como foco enfrentar a criminalidade e a violência e melhorar o sentimento de segurança e tranquilidade da população, figurando como setor prioritário da ação de governo. O enfrentamento dessa situação exige a tomada de medidas de alta complexidade que incluem a criação, integração e articulação de políticas públicas, além da participação da sociedade. Portanto, os órgãos de segurança pública exercem papel de grande relevância para reduzir o quadro de violência, notadamente nos maiores aglomerados urbanos.

Para atingir tais objetivos, a Secretaria da Segurança e Defesa Social e suas vinculadas atuam de forma integrada, buscando atingir o resultado “Segurança Pública Integrada, Efetiva e com Credibilidade”, que visa assegurar a qualidade dos serviços de proteção e defesa do cidadão, dando ênfase aos aspectos da área de inteligência da polícia, ostensividade e motivação dos recursos humanos, conjugadas com medidas de aumento do efetivo policial e de modernização dos equipamentos de comunicação e transporte. Em termos de efetivo para 2011, o Estado possui um contingente de 15.225 policiais integrantes da polícia militar, 1.566 do corpo de bombeiros, 225 componentes da PEFOCE e 1.970 da polícia civil. Para reforçar a estrutura do aparelho policial, foi disponibilizado um efetivo adicional de profissionais que foram remanejados de atividades burocráticas para desempenhar a atividade fim, além do incremento do efetivo com a autorização do concurso em 2012 para mais 3.000 soldados da polícia militar, 740 inspetores da polícia civil e 177 peritos da Perícia Forense - PEFOCE.

Numa segunda vertente, a SSPDS vem desenvolvendo ações de cidadania junto às comunidades e às escolas, num trabalho de prevenção ao crime e às drogas, por meio da implantação do Projeto “Territórios da Paz” implantado em 2009 e patrocinado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) no Grande Bom Jardim - região de Fortaleza, constituída pelos bairros Bom Jardim, Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e Canindezinho. Esse projeto organiza sua intervenção em dois níveis; uma com a presença de forças de segurança para reduzir a influência dos criminosos principalmente sobre a população jovem. A outra intervenção, ocupa essa área com políticas inclusivas em favor da cidadania. Também nesse campo da prevenção à violência, destaca-se a atuação da SSPDS com o apoio da Polícia Militar que implementou o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), desenvolvido em escolas públicas e particulares, que atinge, principalmente a juventude. Em síntese, a implementação das políticas públicas no âmbito da segurança pública

vem produzindo, gradualmente, a melhoria no patamar dos principais indicadores setoriais no período 2008-2011 analisados a seguir:

I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

Resultados Setoriais / Indicadores	Ano Base 2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. (%) 2011/2006
SSPDS							
1. Segurança Pública Integrada, Efetiva e com Credibilidade							
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências (min)	19,44	17,57	16,57	13,32	14,41	14,49	-25,46
Quantidade de crack apreendido (kg)	-	15,69	21,49	44,65	87,72	128,41	-
Quantidade de maconha apreendida (kg)	220,1	205,78	254,59	253,43	297,48	2.999,23	1262,67
Quantidade de cocaína apreendida (kg)	8,94	4,27	23,66	9,65	50,24	169,60	1797,13
Nº de homicídios dolosos por 100 mil habitantes	19,45	22,16	22,52	25,77	31,59	30,89	58,82
Nº de homicídios de jovens de 12 a 24 anos por 100 mil jovens da mesma faixa etária	30,06	36,91	36,57	41,99	55,15	49,33	64,11
Nº de roubos a pessoa por 100 mil habitantes	311,65	334,55	387,49	448,55	329,03	346,24	11,10
Taxa de veículos roubados por 100 mil hab.	38,22	31,32	32,92	36,04	41,55	43,29	13,27
Nº de vítimas fatais em afogamento por 100.000 hab.	2,19	2,05	2,79	2,67	0,70	0,43	-80,37
Nº de incêndios atendidos em edificações por 100.000 imóveis na cidade de Fortaleza	91,2	102,24	116,04	106,68	327,36	266,23	191,92
Índice de violência sexual contra criança e adolescentes por 100 mil pessoas de 0 a 17 anos	24,83	25,53	30,95	31,28	15,78	15,25	- 32,58
Nº de solicitações atendidas / nº. de solicitações CIOPS (média mensal)	94,89	89,26	95,89	98,85	99,25	96,74	1,95

1. RESULTADO SETORIAL: SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA, EFETIVA E COM CREDIBILIDADE

1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.1.1. Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências (min)

O indicador mostra avanço em relação à capacidade do sistema de atendimento ao público, com a redução do tempo médio de resposta no atendimento das ocorrências, uma vez que houve redução de 25,46% no período 2006-2011, passando de 19: 44" para 14,49", respectivamente nos anos citados, mostrando maior eficiência no funcionamento dos serviços de segurança pública prestados à população. Outra dimensão da melhoria no tempo de atendimento a ser salientado refere-se ao início das atividades do Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS) nos municípios de Sobral e Juazeiro do Norte, equipados com a mais alta tecnologia de atendimento integrado dos serviços de emergência de segurança pública e emergência médica, ambos com raio de abrangência regional. A série histórica decrescente do indicador mostra, portanto, uma maior agilidade no atendimento ao cidadão, decorrentes de investimentos em modernos equipamentos de comunicação, transporte e da reestruturação da logística de atendimento das ocorrências policiais. Apesar deste expressivo resultado obtido, ainda não foi alcançada a meta de atendimento em 10 minutos estabelecida pelo Governador para 2010, uma vez que esse tempo médio de atendimento se equipara ao de países desenvolvidos que possuem alta tecnologia, melhores condições de mobilidade urbana, elevada alocação de recursos de investimento/habitante, isso, aliada a uma conscientização da população e maior rigor na observância da lei. Pelo não atendimento dessas condições mencionadas justifica-se a revisão dessa meta, devendo adequar-se às condições operacionais do Sistema de Segurança do Estado, como já registrado em relatórios de 2009 e 2010. Esse indicador é definido pelo intervalo de tempo total levado no atendimento das chamadas, desde o recebimento pela CIOPS até a chegada da polícia no local, não incluídas nesse cômputo as chamadas oriundas do corpo de bombeiros ou do SAMU.



Fonte:SSPDS

1.1.2. Quantidade de Droga apreendida (Kg)

O avanço do consumo de drogas no País e sua disseminação em todas as camadas sociais em diferentes faixas etárias configuram um quadro preocupante e desafiador para as autoridades governamentais e para a sociedade.

Segundo o Relatório Mundial Sobre Drogas – Escritório das Nações Unidas Contra o Crime (UNDOC), cerca de 1,2 milhão de brasileiros em 2007 são usuários de drogas, representando 0,7% da população entre 12 e 65 anos, contra 0,4% registrados em 2001, quase dobrando o percentual em 6 anos.

Entre os tipos de entorpecentes mais utilizados, o *crack* figura como um dos principais, cuja situação de consumo vem atingindo grandes proporções. Com sua entrada no País nos anos 90, o *crack* tem capacidade de atingir grande parcela da população, funcionando como uma opção às classes menos favorecidas consumirem esse subproduto da cocaína facilitado pelo baixo preço praticado. O consumo dessa droga já se disseminou por todas as regiões brasileiras, expandindo-se dos grandes centros urbanos para as cidades de pequeno e de médio porte e até as zonas rurais. Seus efeitos são considerados devastadores, tanto no campo da saúde física quanto psico-social, levando os dependentes a desenvolverem doenças, principalmente AIDS, tuberculose, graves alterações psicológicas, levando os usuários à prática de delitos, como roubos, furtos, e até homicídios para conseguir a droga. Do ponto de vista do mercado, a atividade é bastante lucrativa, em razão do baixo custo de aquisição (R\$ 3,00 a R\$ 5,00/pedra), com expansão da venda para uma clientela cada vez maior. Segundo a ONU, o Brasil tornou-se campeão nas apreensões de crack, um indicador que mostra a elevada demanda doméstica por esse subproduto da cocaína.

Para o Ceará, segundo os dados mais recentes da Central Única de Favelas (CUFA) para 2009, os dependentes químicos do *crack* atingem 30 mil jovens de 12 a 29 anos em Fortaleza, sendo que no Estado esse número chega a 100.000 dependentes.

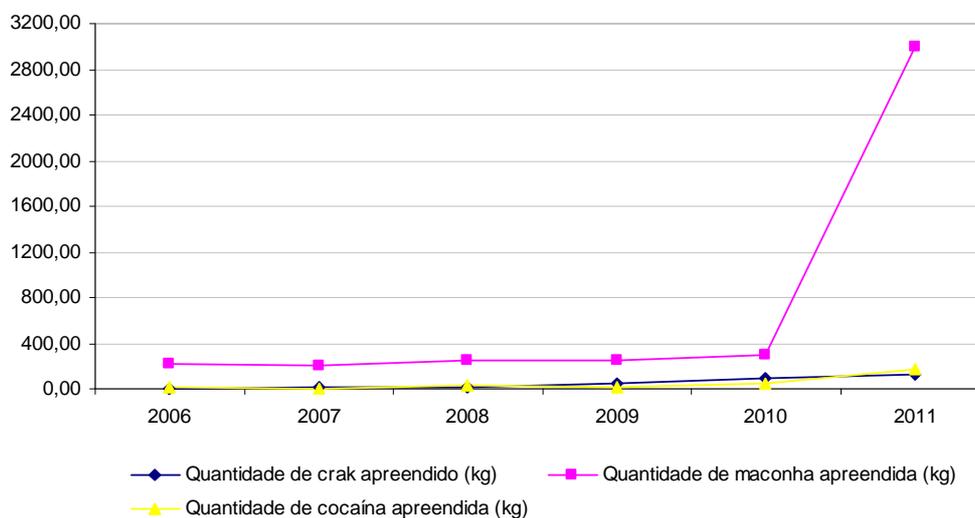
Algumas iniciativas importantes, no âmbito do governo federal, estão sendo tomadas para enfrentamento desse problema, com ações integradas nos diversos âmbitos que envolvem essa questão citando-se, dentre outras, a criação da Secretaria Nacional de Políticas sobre Droga - SENAD, vinculada ao Ministério da Justiça, representando atualmente um marco institucional para enfrentamento desse desafio. Dessa forma, em 2011, foi lançado pelo governo federal, com a participação dos ministérios da saúde e da justiça, um conjunto de ações para o enfrentamento do crack e as outras drogas. Para tanto, foram destinados recursos de R\$ 4 bilhões da União para esse fim, com o objetivo de aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção.

Para conter o avanço do *crack* no Estado, no âmbito da segurança pública, vem sendo intensificado o trabalho de fiscalização, resultando em apreensões crescentes. De fato, em 2007, foram apreendidos 15,69 kg, passando para 128,41kg em 2011, com acréscimo de 718,42% quadriênio e de 114,78 % entre os anos de 2010 e 2011, quando foi registrada a apreensão de 87,72 kg e 188,41kg, respectivamente. Aliado ao trabalho ostensivo, são implementadas ações preventivas nas escolas, por meio da implementação nas escolas públicas e particulares do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e do projeto Territórios da Paz desenvolvida nas áreas mais violentas da Grande Fortaleza em parceria com o Ministério da Justiça.

Em relação à cocaína, as ações da Secretaria resultaram em um comportamento semelhante ao alcançado no combate ao uso do *crack*. A disseminação da cocaína também seguiu tendência crescente no período 2007-2010,

sendo considerada uma droga que se tornou bastante acessível à população, especialmente às camadas com rendas mais elevada, aumentando o seu poder de desagregação do tecido social. A quantidade de cocaína apreendida em 2010 atingiu 50,24 kg, passando em 2011 para 169,60 kg, representando um acréscimo de 237,59%. Deve-se salientar que a visão da SSPDS/CE no que se refere ao enfrentamento às drogas está fortemente arraigada à noção de que, para diminuir grande parte da violência e criminalidade do estado (em especial o homicídio doloso), um enfrentamento contínuo da questão do tráfico é essencial. É importante registrar que Fortaleza é considerada ponto estratégico para o tráfico, em razão da proximidade geográfica com a Europa e a África Ocidental, destinos da maior parte da cocaína que circula pelo País. Em relação à maconha, esse indicador também apresenta apreensão em grandes proporções, com a apreensão de 8,94 kg em 2006 e de 2,999,23 kg em 2011, com um expressivo incremento de 3.344,8 %. Somente no biênio 2010-2011, o acréscimo da quantidade apreendida dessa droga foi de 908,21%, mostrando a eficiência do trabalho realizado pela SSPDS que certamente impactou de maneira positiva para a redução dos crimes, como o homicídio, fortemente correlacionado ao tráfico de entorpecentes. Outro indicador que sinaliza a melhoria em relação à circulação de drogas no Estado é o percentual de jovens de 18 a 24 anos apreendidos portando drogas (somente Tráfico) que registrou uma queda de 42,42% no período 2007-2011, confirmando que as ações de prevenção e repressão qualificadas, orientadas por análises estatísticas e de inteligência precisas, vêm contribuindo, sobremaneira, para retirar o jovem do mundo das drogas. O trabalho mais eficiente do policiamento e das investigações, portanto, tem sido de fundamental importância para reduzir a droga circulante e revelam o grande desafio para reverter esse quadro preocupante.

Quantidade de crack, maconha e cocaína apreendida



1.1.3. Número de homicídios dolosos por 100 mil habitantes

Como já mencionado, a criminalidade representa atualmente um dos mais graves problemas sociais para a sociedade brasileira, sendo múltiplos os fatores desencadeadores, dentre os quais são determinantes as condições econômicas e sociais adversas que atingem considerável parte da população, a desagregação familiar e a perda de vínculos familiares, o avanço do tráfico de drogas em todas as camadas sociais e dificuldades de serviços básicos

de educação básica e profissional que funcionam como mecanismos de ascensão social. Segundo o Mapa da Violência 2012 – Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil (Instituto Sangari), a taxa de homicídio doloso por cem mil habitantes no Brasil atingiu 26,3 e 26,2 respectivamente, nos anos de 2006 e 2010, mostrando leve tendência de queda (- 0,38).

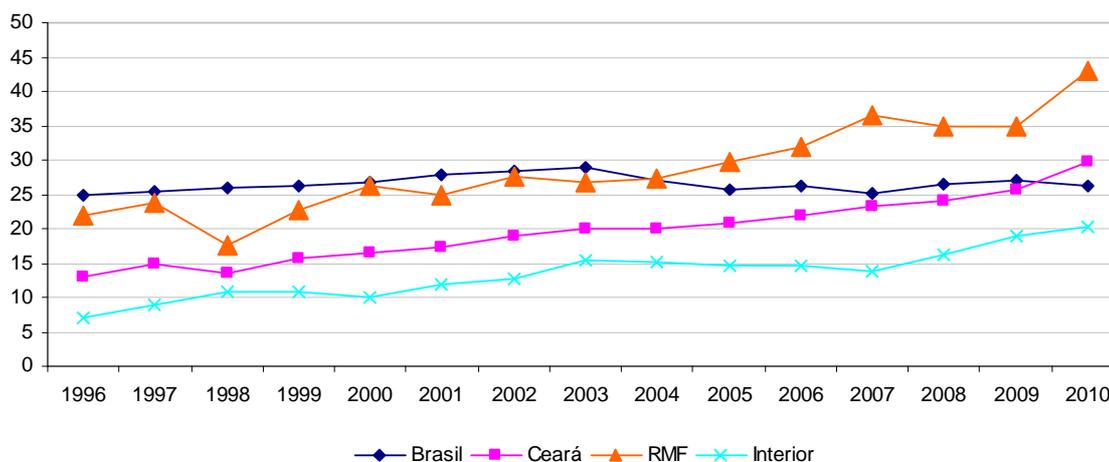
Para o Ceará, a análise de evolução da taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes, segundo a SSPDS, registra a taxa 19,45 em 2006, contra 30,89 em 2011, com incremento de 58,82%, observando-se que, até 2010, registrou-se uma trajetória ascendente. Mencione-se ainda que, a comparação da performance dos dois últimos da série em análise, obteve-se uma taxa, em 2010, de 31,59, com decréscimo de -2,2%, em relação a verificada em 2011.

Do ponto de vista intrarregional, é importante mencionar o crescimento da taxa de homicídios dolosos por cem mil habitantes na Capital e Região Metropolitana que registrou taxas de 31,9 e 42,9, respectivamente, nos anos de 2006 e 2010 e, para o Interior, 14,6 e 20,3 para os mesmos anos, mostrando, portanto, incrementos significativos (Mapa da Violência 2011). De acordo com esse estudo, a taxa de homicídio no Ceará cresceu em maior proporção em 90 municípios entre 5 a 20 mil habitantes, cuja taxa atinge acima de 50 homicídios por 100 mil habitantes considerando o período 2000 – 2010, valendo-se salientar que esses indicadores são importantes sinalizadores para direcionar os rumos que a política setorial deve considerar com fins de redirecionar a sua atuação estratégica.

Como avanço da política, vale mencionar, os esforços contínuos dispendidos, nos campos operacional e estratégico, pela SSPDS/CE que conseguiram reduzir a taxa de homicídio, colocando o Ceará no primeiro lugar no *ranking* regional. Com efeito, de acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2011 (Fórum Brasileiro/Ministério da Justiça), dos seis estados do nordeste mais violentos (Alagoas, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Sergipe e Ceará), o Ceará apresenta a menor taxa de homicídio doloso. Esse *status* obtido deveu-se, notadamente, pelo o acerto no planejamento das operações com as ações desenvolvidas, tanto na região metropolitana quanto no interior do estado, com ênfase em abordagens a espaços geográficos específicos, com concentração de atividade de fiscalização no tráfico de droga e porte ilegal de armas. Um exemplo emblemático desse tipo de abordagem é o projeto Território da Paz, com área de atuação no Bom Jardim, Canidezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira, compreendendo a realização de exaustivas operações, meticulosamente planejadas pela SSPDS/CE, resultando na diminuição do acumulado de homicídios dessa área em 16,39%, se comparadas ao mesmo período de 2010.

Seguindo-se a tendência moderna de policiamento baseado em inteligência e georeferenciamento estatístico, a SSPDS/CE logrou alcançar, com êxito, o primeiro objetivo de conter, no curto prazo, a expansão dos homicídios no Estado no biênio 2010-2011 (- 2,2%), para então passar a uma segunda fase de diminuição das taxas de maneira gradual, mas decisiva, nos próximos três anos da gestão. Muitos desafios ainda se colocam na trajetória de redução do indicador, dentre os quais a diminuição da taxa homicídios do Estado ao patamar registrado pela média brasileira atual, em torno de 26,3 homicídios/100 mil habitantes, desafio que indica a necessidade de se continuar priorizando a área da segurança pública e outras áreas setoriais que trabalham as questões estruturais, como educação básica e profissional, cultura, esporte e lazer e inserção dos jovens na sociedade.

Taxa de homicídio doloso no Brasil, Ceará, RMF e Interior-1996/2010*

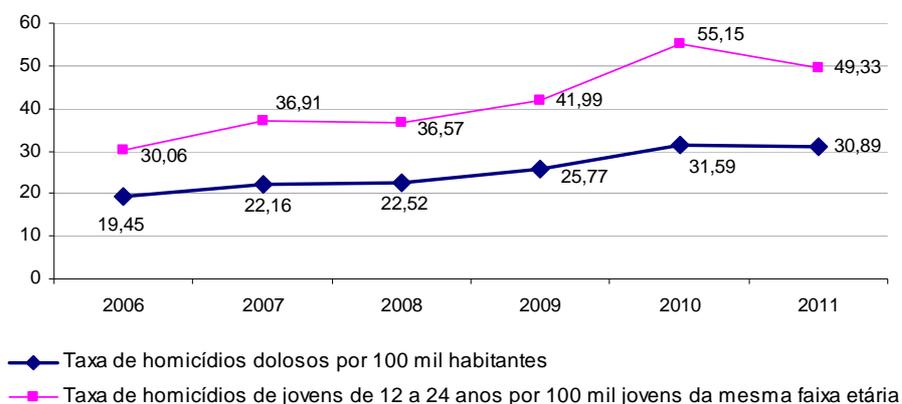


1.1.4. Número de homicídios de jovens de 12 a 24 anos por 100 mil jovens da mesma faixa etária

O contínuo aumento da violência entre jovens é atualmente uma questão bastante preocupante na sociedade brasileira em razão de indicadores que apontam uma situação de agravamento especialmente nas últimas décadas. O Mapa da Violência 2011 - Os Jovens do Brasil (Ministério da Justiça/Instituto Sangari), revelou que a taxa de homicídios (em 100 mil) na população de 15 a 24 anos cresceu de 47,7 para 52,9 entre 1988 e 2008 no Brasil, com variação percentual positiva de 10,9%. A pesquisa aponta que o fenômeno da “interiorização da violência” aprofundou-se a partir de meados dos anos 90, acelerando-se em cidades menores do Nordeste, do Norte e em algumas cidades do Sul. Segundo esse estudo, a partir da década de 80, atingiu-se a um “novo padrão de mortalidade juvenil”, com o aumento nas mortes por homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. No que se refere ao Estado do Ceará, o mesmo estudo mostra que a taxa de homicídios foi ascendente no período 1998-2008, passando de 22,5 para 45,5 na década, com incremento de 102,2%. O mesmo comportamento crescente da taxa de homicídios no período 1998 - 2008 foi observado para o Nordeste, cuja taxa atingiu 33,3 e 63,8, com crescimento de 91,59%, ficando o Estado em posição inferior ao País e à Região no *ranking* dos homicídios de jovens.

Para o encaminhamento da solução para esse problema, a SSPDS vem aperfeiçoando o sistema de informações da segurança pública do Estado, trabalhando com jovens de 12 a 24 anos por 100 mil jovens da mesma faixa etária, a partir de 2006, com o objetivo de obter a visão mais ampla e aproximada da realidade do Estado nesse aspecto, com o objetivo de ajustar as políticas públicas para o enfrentamento dos problemas. Os dados mostram que a taxa de homicídio manteve trajetória ascendente de 2006 a 2010, passando de 30,6 para 49,33, com incremento de 64,11%. Em 2011, esse indicador apresenta melhoria do desempenho, com redução de -10,55%, interrompendo a trajetória de acréscimos verificada nos últimos 5 anos. Para explicar essa mudança de tendência de diminuição está uma estratégia de enfrentamento, principalmente, dos condicionantes dos homicídios ligados ao tráfico de drogas e entorpecentes que possuem como principais vítimas jovens na citada faixa etária. Este resultado também sinaliza que os jovens estão sendo retirados do círculo vicioso formado pela associação entre tráfico de drogas e violência letal, direcionando suas vidas para um futuro bem mais promissor.

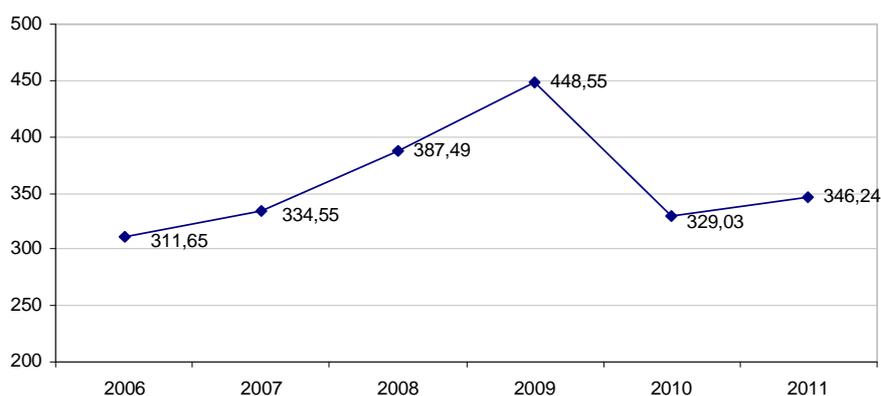
Taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes e de jovens de 12 a 24 anos por 100 mil jovens



1.1.5. Número de Roubos por 100 mil habitantes

Esse tipo de contravenção penal, o roubo, está tipificado no artigo 157 do CP como a “subtração da coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”. Dados da SSPDS registram aumentos graduais nas taxas de roubos por 100 mil habitantes no Estado no período analisado, que atingiu 311,65 em 2006, passando para 346,24 em 2011, registrando acréscimo de 11,10% em relação ao ano de 2006. Observa-se que o crescimento do indicador para 2006-2010 registrou taxa de 5,58% e de 5,23% entre os anos de 2010-2011, confirmando sua tendência ascendente ao longo do período.

Nº de roubos por 100 mil habitantes



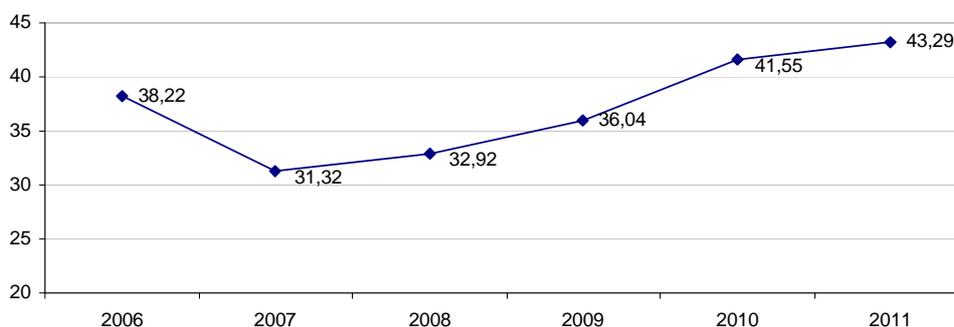
1.1.6. Taxa de veículos roubados por 100 mil habitantes

O roubo de veículos é um outro grave problema de segurança pública nas áreas urbanas brasileiras, principalmente em cidades com grandes adensamentos populacionais. No Ceará, a taxa de veículos roubados por 100 mil habitantes registrou 38,22 em 2006, passando para 43,29 em 2011, com um incremento de 13,27%. Os dados também mostram que houve um aumento da taxa de 2006-2010 com 8,71% e de 13,27% entre os anos de 2010-2011, confirmando o agravamento da situação nos dois últimos anos da série.

É importante frisar, no entanto, que o Ceará apresenta uma taxa de crescimento de sua frota de veículos acima da média do nordeste, com ritmo bastante superior à taxa de crescimento de sua população. Nos anos de 2008, 2009 e 2010 a taxa de crescimento da frota foi, respectivamente, de 11,71%, 12,91% e 14,64%. Seguindo essa tendência de crescimento, a frota média do ano de 2011 deve ter crescido em torno de 15% a 16%. Tais previsões têm grande probabilidade de ocorrência uma vez que o aumento da frota influi indiretamente no desempenho do indicador, pois uma maior frota significa um maior número de veículos expostos ao risco de roubo. A SSPDS vem desenvolvendo numerosas operações de barreiras, blitzes, executados pelas Companhias da Polícia Militar e pela Polícia Rodoviária Estadual, aliado aos esforços da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas (DRFVC), implantando CIOPS nas regiões mais populosas do Estado (Sobral) com o objetivo de melhorar as condições de segurança nesse âmbito, devendo os resultados do trabalho que vem sendo implementado impactar positivamente na segurança pública do Estado de modo geral.

É imprescindível também o trabalho dos inúmeros colaboradores externos, a partir do Conselho Estadual de Segurança Pública, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público, das Prefeituras Municipais, particularmente a de Fortaleza, das Superintendências do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e de entidades da sociedade organizada para dar avançar com mais celeridade no âmbito da segurança pública.

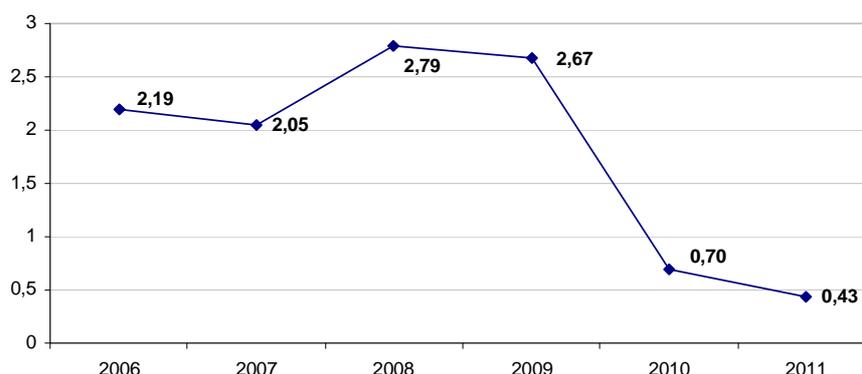
Taxa de veículos roubados por 100 mil habitantes



1.1.7. Número de vítimas fatais em afogamento por 100.000 habitantes

Com relação às vítimas fatais por afogamento, a taxa atingiu 2,19 mortes em 2006, caindo 0,43 em 2011, com decréscimo de – 80,37%. As ações mais bem planejadas do Corpo de Bombeiros, aliada a aquisição de novos equipamentos de busca e salvamento, contribuíram de maneira decisiva para a expressiva queda nesse índice, em especial nos anos de 2010 e 2011. Por ser o Ceará um estado reconhecidamente com apelo turístico, especificamente relacionado às atividades de lazer de praia e açudes, esse indicador contribui de maneira importante para garantir a segurança da população cearense e do segmento de turistas, cuja demanda tem sido crescente no Estado.

Nº de vítimas fatais em afogamento por 100 mil habitantes

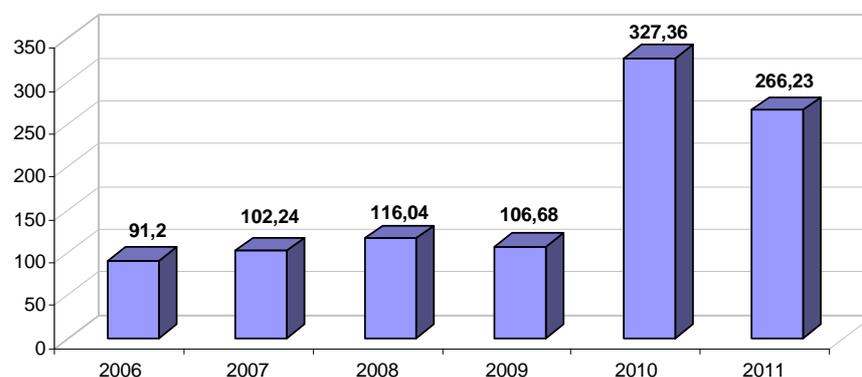


1.1.8. Número de incêndios atendidos em edificações por 100.000 imóveis na cidade de Fortaleza

No âmbito da segurança pública, está inserido o trabalho realizado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado-CBMCE a quem compete o estudo, o planejamento e a fiscalização das exigências que disciplinam a segurança e a proteção contra incêndios nas edificações e áreas de risco do Ceará, conforme dispõe a legislação sobre segurança contra incêndios. Todas as edificações do Ceará que possuem mais de 750 metros quadrados e/ou mais de dois pavimentos, com exceção dos imóveis residenciais unifamiliares, precisam possuir brigadas de incêndio, como requisito preventivo para evitar que o fogo se inicie. Segundo informações do CBMCE, a maioria dos incêndios é causada por fenômenos termoeletrônicos (curto circuito) e a cultura da prevenção não é suficientemente arraigada no Estado. Em relação aos incêndios nas áreas de risco, provocados principalmente por queimadas clandestinas, registra-se a atuação da Companhia da Polícia Militar Ambiental para autuar os responsáveis pelas irregularidades nas Áreas de Proteção Permanente (APP).

No que se refere ao desempenho do indicador, o índice registrado em 2006 atingiu 91,2, passando para 266,23 em 2011, com acréscimo de 191,92%. Em relação aos anos de 2010-2011, observa-se uma queda de 18,7% nessa taxa que, de certo modo, reflete o resultado do trabalho de prevenção a incêndios que sistematicamente vem sendo realizada pelo Corpo de Bombeiros.

Nº de incêndios atendidos em edificações por 100.000 imóveis na cidade de Fortaleza



1.1.9. Índice de violência sexual contra criança e adolescentes por 100 mil pessoas de 0 a 17 anos

A violência sexual contra crianças e ou adolescentes está inserida no contexto violência doméstica, que é definida como “todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto”. Do outro, leva a coisificação da infância, isto é, a uma negação do direito de crianças e ou adolescentes de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (Azevedo e Guerra, 1998). Em termos específicos, a violência sexual é um fenômeno social que envolve qualquer situação de jogo, ato ou relação sexual, homo ou heterossexual, envolvendo uma pessoa mais velha e uma criança e adolescente. Ela se expressa por meio da exploração e/ou abuso sexual (Fórum de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, 2002). O abuso sexual consiste na utilização da criança ou adolescente em uma relação de poder desigual, geralmente por pessoas muito próximas, podendo ser ou não da família e que se aproveitam dessa relação para satisfazer seus desejos sexuais. Já a exploração sexual da criança ou adolescente consiste na utilização para fins comerciais e de lucro, quando estes são induzidos a manter relações sexuais com adultos ou quando são usados para a produção de material pornográfico ou levados para outras cidades, estados ou países com propósitos sexuais.

A violência sexual, contra crianças e adolescentes, portanto é uma das formas mais agressivas de atentado aos direitos humanos e, por essa razão, tem mobilizado áreas de conhecimento no estabelecimento de parcerias e estratégias para o enfrentamento da questão no Brasil, dentre as quais o Plano Nacional contra a Exploração Sexual de crianças e adolescentes, fóruns de discussão, instalação de CPI, investigação intensa à pedofilia e prescrição de penas mais rigorosas para os criminosos.

Em relação ao aspecto das denúncias, o serviço telefônico DISQUE 100, mantido pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República registrou, entre maio de 2003 e março de 2011, um total de 3.639 denúncias de violência sexual (abuso e exploração) com crianças e adolescentes no Ceará. Essa estatística coloca o Estado em 3º lugar na Região Nordeste em número de denúncias, perdendo apenas para Pernambuco, que registrou 3.912, e Bahia com 7.868 denúncias.

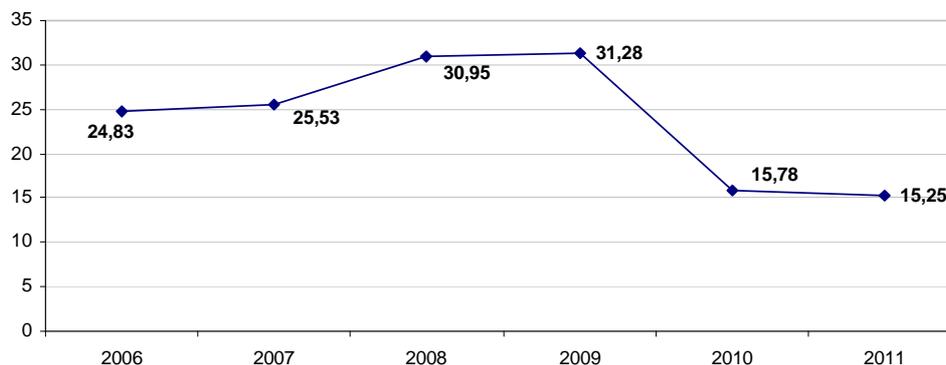
Vale acrescentar que no período analisado a percentagem de registros dos tipos de violência sexual registradas nas denúncias categorizadas, as de abuso sexual (58,31%) e exploração sexual comercial (39,97%), se sobrepõem às demais formas tais como, o tráfico de crianças e adolescentes (0,72%) e pornografia (1,71%), evidenciando a complexidade do desafio a ser enfrentado. Esse indicador revela a necessidade de intensificar as ações voltadas para a garantia do direito à educação, saúde, direito à proteção de adolescentes e jovens, bem como o enfrentamento dos problemas causados pelo turismo sexual que avançam com maior intensidade nas áreas litorâneas.

No Estado, o trabalho de combate a esse tipo de violência segue a estratégia nacional, com iniciativas importantes de enfrentamento do problema, com a participação dos poderes constituídos, de entidades governamentais e não governamentais, na realização de campanhas de conscientização, como “Quem Cala, Consente, Violência Sexual

contra Crianças e Adolescentes é Crime”, lançadas pela Assembléia Legislativa Estadual, instalação de CPI pela Câmara Municipal de Fortaleza, a interligação do Disque Denúncia Estadual à rede nacional, e o desenvolvimento de diversas ações preventivas e de assistência social, desenvolvidas pelo Escritório de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, coordenado pela Secretaria de Justiça e por meio das ações do Programa Proteção a criança, Adolescente, Mulheres , Idosos e Minorias coordenado pela SSPDS.

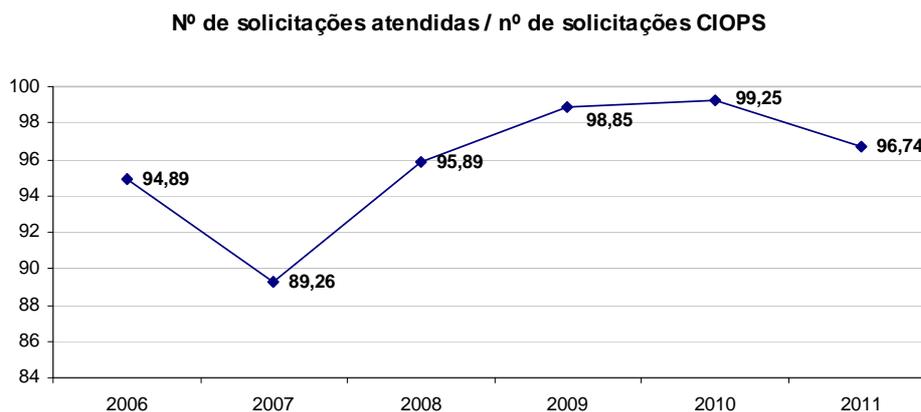
Em termos de desempenho do indicador, o índice para o Estado atingiu 24,83 em 2006, passando para 31,58 em 2009, com incremento de 27,18% no triênio. Nos anos de 2010 e 2011, os índices caíram para 15,78 e 15,25 respectivamente, mostrando acentuada redução de 36,45 % e 38,58%, ambos relativos a 2006. Segundo informações da SSPDS, essa queda ocorreu em razão de uma mudança na lei 12.015/2009 que alterou a disciplina dos crimes sexuais no direito penal brasileiro, revogando o art. 204 do Código Penal – que tipificava o crime de atentado violenta ao pudor – e ampliou para estupro, de modo a abranger o antigo crime de AVP. Em razão dessa mudança é provável ter havido subnotificação das ocorrências, interferindo no desempenho do indicador. Sugere-se, assim, a revisão da série histórica e a investigação das causas do declínio das taxas, esclarecendo se a mudança de tendência corresponde realmente à redução das ocorrências desse tipo de crime.

Índice de violência sexual contra criança e adolescentes por 100 mil pessoas de 0 a 17 anos de idade



1.1.10. Nº. de solicitações atendidas / nº de solicitações CIOPS (média mensal)

Observa-se pequena redução de 2,53% no indicador Nº. de solicitações atendidas / nº de solicitações CIOPS no período 2006-2011. Esse leve declínio é de difícil interpretação. Isso porque, tanto o resultado auferido pode significar que o tempo médio da ligação do usuário aumentou ligeiramente em razão do maior intervalo de tempo médio gasto com a ligação, ou refletir uma maior atenção dispensada pelo tele-atendente, aumentando o tempo médio de ligação, quando a chamada for mais complexa. O patamar atingido pelo indicador ao longo da série analisada e especialmente para 2011, de quase 97,0%, é bastante elevado e condizente com os padrões internacionais.



1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

O resultado setorial “**segurança pública integrada, efetiva e com credibilidade**” é vinculado aos seguintes programas de governo: Ronda do Quarteirão (001), Segurança Moderna e Inteligente (204), Proteção a Crianças, Adolescentes, Mulheres, Idosos e Minorias (200) e Gestão da Tecnologia da Informação (888).

Para avaliar o desempenho financeiro dos programas e a execução física dos produtos em relação ao cumprimento de metas, foi utilizada a seguinte regra: Desempenho Positivo: realização de 70% ou mais da meta estabelecida; Desempenho neutro: realizado situar-se entre 50% a 70% do programado; Desempenho negativo: realizado menor que 50% da meta. Os programas e produtos são analisados a seguir:

Programa Ronda do Quarteirão (001) - Tem como objetivo diminuir os índices de criminalidade e violência, aumentando a satisfação da população e fortalecendo a relação de confiança entre a comunidade e os órgãos de segurança pública.

Com recursos orçamentários previstos em 2011 de R\$ 41.238.217,68 e execução financeira de R\$ 40.251.445,74 (SIOF/SEPLAG), este programa atingiu o percentual de 97,61%, que representa a relação entre o orçamento previsto e o financeiro executado, apresentando desempenho satisfatório. Os recursos foram aplicados por meio da ação 20.285 – Manutenção e Funcionamento Integrado da Atividade – Fim do Ronda. Havia sido previsto investimento neste exercício para aquisição de coletes a prova de bala, mesmo assim, não se realizou a pretendida aquisição devido à demora na execução do projeto, considerando que a ATA não foi aditivada em tempo hábil resultando em nova licitação. Os demais produtos, compreendendo viaturas, armas e equipamentos de comunicação, embora com metas previstas para 2011, foram executados em 2010, por necessidade de antecipação para atender o programa. A situação dos produtos com as metas previstas e realizadas está explicada a seguir:

“Viatura Policial Adquirida” (Meta: 08; Realizado: 07) – O suporte financeiro para a realização desse produto foi do programa Segurança Moderna e Inteligente (204), que executou 87,5% a meta, apresentando desempenho anual positivo. Embora a realização financeira tenha ocorrido com recursos do Programa 204, as viaturas foram disponibilizadas para reforçar o policiamento ostensivo no Programa Ronda do Quarteirão;

“Equipamento de proteção individual adquirido” (Meta: 982; Realizado: 0) - Os equipamentos de proteção individual foram adquiridos no exercício de 2010 para a ampliação do Programa Ronda do Quarteirão. Todavia houve necessidade dessa ampliação já em 2010, o que provocou um efeito positivo de antecipação do cumprimento da meta, que foi completamente atingida, para o próprio ano de 2010;

“Arma adquirida” (Meta: 0; Realizado: 0) – não foi prevista a meta para esse produto em 2011;

“Unidade de segurança equipada” (Meta: 1; Realizado: 0) - Trata-se do Batalhão de Policiamento Comunitário reformado, por ser um prédio existente, e estruturado para a ampliação do Programa Ronda do Quarteirão. Todavia houve necessidade dessa ampliação já em 2010, o que provocou um efeito positivo de antecipação do cumprimento da meta, que foi completamente atingida, para o próprio ano de 2010.

“Equipamento de comunicação instalado” (Meta: 24; Realizado: 0) - Os equipamentos de comunicação instalados foram adquiridos para a ampliação do Programa Ronda do Quarteirão. Todavia houve necessidade dessa ampliação do programa já em 2010, para possibilitar o fortalecimento das ações no policiamento comunitário, trazendo melhores condições para os policiais no cumprimento de suas funções.

Programa Segurança Moderna e com Inteligência (204) - Objetiva reduzir a criminalidade por meio de ações conjuntas, integradas, sistêmicas e intersetoriais, que levam ao exercício qualificado da prevenção e da repressão ao crime, primando pelo desenvolvimento estrutural e organizacional do sistema SSPDS.

Com recursos orçamentários previstos em 2011 da ordem de R\$ 172.841.688,75 e execução financeira de R\$ 141.912.198,09 (SIOF/SEPLAG), este programa atingiu o percentual de realização de 82,11%, que representa a relação entre o orçamento previsto e o financeiro executado, com desempenho satisfatório.

Os produtos integrantes deste programa apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas previstas e executadas no período janeiro-dezembro 2011:

“Unidade de Perícia construída” (Meta: 1; Realizado: 0) – a Unidade de Perícia está localizada no município de Tauá. Foram iniciadas as etapas de desapropriação do imóvel, estando atualmente na Procuradoria Geral do Estado aguardando a licitação;

“Unidade de Perícia equipada” (Meta: 4 ; Realizado: 4) – o produto obteve um desempenho positivo, atingindo 100% da meta prevista. Foram adquiridos instrumental odontológico, imobiliários e equipamentos de informática para as unidades de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Quixeramobim e Sobral;

“Delegacia construída” (Meta: 24; Realizado: 4) - Registrou desempenho negativo, atingindo 16,66% da meta. O tempo prolongado para realização do certame licitatório, as dificuldades relacionadas à escolha do terreno e os problemas encontrados pelas empresas quando da execução dos projetos arquitetônicos, visto as diversas

mudanças dos projetos, culminou com não cumprimento da meta. As delegacias construídas são as seguintes: 30º Distrito Policial em Fortaleza (Bairro são Cristóvão) e nos municípios de Várzea Alegre, Aurora e Granja;

“Delegacia reformada” (Meta: 19; Realizado: 11) – desempenho neutro atingiu 57,89% da meta. O tempo prolongado para realização do certame licitatório e os problemas encontrados pelas empresas quando da execução dos projetos arquitetônicos, visto as diversas mudanças dos projetos, levou ao não cumprimento da meta. As delegacias reformadas são as seguintes: Fortaleza (3ºDP, 7ºDP, 10ºDP, 11ºDP, 12ºDP, 15ºDP, 19ºDP, 20ºDP, 33ºDP, 34ºDP) e Delegacia Metropolitana do Eusébio;

“Delegacia equipada” – esse produto apresentou desempenho positivo, sendo mensurado por 3 indicadores de produto, que no conjunto cumpriram ou superaram as metas previstas:

- Nº. de Delegacias Equipadas (Meta: 44; Realizado: 15) – o produto obteve desempenho negativo, atingindo 34,09 % da meta programada. A demora para construção e inauguração das delegacias, dificultou o alcance dessa meta, visto que, os equipamentos só são disponibilizados após sua construção e marcada sua inauguração para evitar o extravio dos bens. As delegacias equipadas foram as seguintes: 30º Distrito Policial, Várzea Alegre, Aurora, Granja, Fortaleza (3ºDP, 7ºDP, 10ºDP, 11ºDP, 12ºDP, 15ºDP, 19ºDP, 20ºDP, 33ºDP, 34ºDP) e Delegacia Metropolitana do Eusébio.
- Nº. de Equipamentos de Comunicação Adquiridos (Meta: 378; Realizado: 300) – o produto corresponde à aquisição de 270 rádios (fixo e móvel) e 30 torres. O desempenho foi positivo, atingindo 79,36% da meta prevista.
- Nº. de Equipamentos de proteção individual adquirido (Meta: 60; Realizado: 70) - apresentou desempenho positivo, atingindo 116,66% da meta prevista;

“Quartel equipado” - esse produto apresentou desempenho negativo, sendo mensurado por 3 indicadores de produto, que não cumpriram as metas previstas para 2011. Um dos principais problemas enfrentados pela polícia militar e pelo corpo de bombeiros para executar esta meta esteve relacionado ao processo licitatório, visto que a especificidade dos bens fez com que não tivesse adesão das empresas licitantes de forma mais quantitativa e qualitativa. Os indicadores são analisados a seguir:

- Nº. de Quartéis equipados (Meta: 8; Realizado: 4) – desempenho neutro, atingindo 50% da meta prevista. Os quartéis equipados foram os seguintes: Quartel da Diretoria de Apoio logístico da Polícia Militar -15 extintores; Quartel do Comando Geral – monitor, microcomputador e rádios transceptores portáteis; Diretoria de Finanças – Computador (notebook); Batalhão de Policiamento de Choque – 10 rádios transceptores;
- “Nº. de Equipamentos de Comunicação Adquiridos” (Meta: 45; Realizado: 10) - desempenho negativo, atingindo 22,22% da meta prevista. Equipamentos adquiridos 10 rádios transceptores para o BP Choque;

- “Nº. de Equipamentos de proteção individual adquiridos” (Meta: 982; Realizado: 0) – desempenho negativo, com 0% a meta;

“Quartel reformado” (Meta: 03; Realizado: 02) - desempenho neutro, tendo atingido 66,66% da meta prevista;

“Veículo especial adquirido” (Meta: 42; Realizado: 1) - desempenho negativo atingiu 2,38% da meta; A especificidade dos bens foi um dos principais óbices para a execução desta meta, visto que, dificultou o andamento do processo licitatório, por conta da carência de mercado fornecedor;

“Viatura policial adquirida” (Meta: 278; Realizado: 78) - desempenho negativo atingiu 28,06% da meta. Os impedimentos administrativos relacionados ao trâmite do processo licitatório e de compra retardaram a aquisição dos bens, não sendo possível executar a meta na sua plenitude ou de forma satisfatória em termos de percentual de execução aceitável;

Programa de Proteção a Crianças, Adolescentes, Mulheres, Idosos e Minorias (200) – Esse programa tem como objetivo propiciar os meios para reduzir os índices das ações delituosas de prostituição infantil, tráfico de crianças e adolescentes, bem como maus tratos às mulheres e minorias étnicas e raciais, são seus objetivos. Possui um orçamento previsto em 2011 da ordem de R\$ 3.002.474,00 e financeiro de R\$ 1.799.498,17, tendo como percentual de execução de 60,0%, apresentando desempenho aquém do esperado.

Os produtos integrantes do programa estão relacionados ao fortalecimento da infra-estrutura policial para atendimento especializado às crianças e adolescentes, destacando-se ações de reaparelhamento e modernização das unidades policiais, construção, reforma e ampliação de delegacias especializadas e modernização da frota de veículos. Os produtos apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas planejadas e executadas no período janeiro – dezembro 2011:

“Delegacia construída” (Meta: 2; Realizado: 0) - Estavam previstas a construção de 02 delegacias de Defesa da Mulher nos municípios de Pacatuba e Quixadá que se encontram na PGE para serem licitadas, não tendo, portanto, cumprido a meta.;

Delegacia construída (Meta: 2; Realizado: 0) – desempenho negativo. As dificuldades relacionadas a escolha do terreno e os problemas encontrados pelas empresas quando da execução dos projetos arquitetônicos, visto as diversas mudanças na locação da obra, levou ao não cumprimento da meta;

“Delegacia reformada” (Meta: 0; Realizado: 0) – Esta meta não foi prevista em 2011;

“Delegacia equipada” (Meta: 9 Realizado: 7) – Desempenho positivo, atingindo 77,77% da meta, beneficiando as delegacias nos municípios de Caucaia, Crato, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral, com mobiliários, equipamento de proteção individual e comunicação.

Viatura policial adquirida (Meta: 12; Realizado: 0) - esta prevista a aquisição de viaturas para as delegacias especializadas de proteção à criança, adolescentes, mulheres, idosos e minorias. Cumpre ressaltar que outros programas beneficiaram diretamente o Programa 200, pois foi adquirida pelo Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP, uma viatura para a Delegacia da Mulher de Juazeiro do Norte e outra para a Delegacia da Mulher em Iguatu. A meta não foi cumprida por esse programa.

Gestão da Tecnologia da Informação (888) - Esse programa tem como finalidade promover a manutenção e a modernização de TI de órgãos e entidades públicas. Os recursos do orçamento previsto para 2011 foram da ordem de R\$ 3.554.698,00 e o financeiro da ordem de R\$ 1,9 milhão com uma relação de execução de 54,5%, apresentando desempenho neutro. Os produtos integrantes do programa estão relacionados ao reaparelhamento e modernização na área de tecnologia da informação e manutenção e funcionamento integrado da atividade fim na área de TI para dos órgãos do sistema de segurança pública. Os produtos são apresentados a seguir:

Serviço em TI realizado (Meta: 9060; Realizado: 9972) - desempenho positivo desempenho positivo ultrapassou em 10,07% da meta. Os serviços de TI realizados foram atendimentos e serviços diversos, tais como: configuração de servidores e microcomputadores; preparação de infra-estrutura lógica em delegacias e demais unidades de segurança pública, suporte aos diversos sistemas disponibilizados aos agentes de segurança pública e ao cidadão, dentre outros. A meta foi superada considerando o volume de novos projetos conclusos e em andamento.

Equipamento para T.I. adquirido (Meta: 410; Realizado: 345) – Esse produto, com 91,46% da meta alcançada, se refere à implantação de novos Sistemas de Informações do Sistema de Segurança Pública, com prazo de término em 2011 e até dezembro de 2012. São os seguintes: SIP3W é o novo Sistema de Informações Policiais na Web para Cadastro de Procedimentos Policiais pelas Delegacias; S25/DRFVC consiste na integração dos sistemas S-25 e DRFVC para controle de veículos roubados e recuperados; SAT3W - novo sistema de Controle de Documentos, Cl's e Ofícios para a CTIC; – Sistema de Cadastros de Usuários do SIP que será utilizado por técnicos de TI da Polícia Civil para os cadastros e desbloqueios dos usuários do sistema SIP; Consulta Integrada - um sistema disponível na Web para consultas de pessoas na base do SIP, Identificação Civil, DETRAN e SIGE-RH ; SMRD - Sistemas de Monitoramento das Viaturas do Ronda e também das viaturas RP; versão do SIP com controle de procedimentos sigilosos; Nova versão da Consulta da DH (Divisão de Homicídios) – consulta da DH foi solicitada pelo Governador para acompanhamento das atividades das Delegacias da Divisão de Homicídios; Emissão de DAE's da SEFAZ para o Sistema SCAT (Bombeiros) e FDS ainda não iniciado e sem prazo para término - SCAT é um sistema que controla e acompanha os projetos de geração de alvarás e habite-se (certificador de conformidade) do Corpo de Bombeiros; Nova versão do SEF (Sistema de Escalas de Folga) ainda não foi iniciado e sem prazo para término. O SEF faz o controle de policiais na realização de blitz junto com técnicos do DETRAN; foram implantados 10 links em unidades de Segurança Pública da Capital e Interior do estado,prestando atendimento a 9.972 usuários pelo service desk desta CTIC.

1.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado

O resultado setorial **Segurança pública integrada, efetiva e com credibilidade** é mensurado pelo conjunto de 12 indicadores, cujo desempenho apresentou balanço positivo no período 2006-2011, com 66,70% com crescimento satisfatório e 33,3% posicionando-se abaixo do esperado. Entre os indicadores que atingiram patamares de ascensão, o tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências (minuto), a apreensão de drogas (drogas, cocaína e maconha), o número de vítimas fatais por afogamento por 100 mil habitantes são os que mais se destacaram.

Alguns indicadores ainda permanecem como desafio para o Estado, requerendo ações prioritárias e multissetoriais de curto, médio e longo prazo para obtenção de resultados mais significativos, dentre os quais podem ser citados os seguintes: a taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes que ainda permanece elevada em 2011, se comparada a 2006, registrando incremento de incremento de 58,82%. É importante assinalar que esse indicador em 2011 obteve pela primeira vez em 5 anos uma redução significativa de 2,2%, relativamente a 2010, refletindo o eficiente trabalho que a SSPDS vem desenvolvendo no âmbito da segurança pública. A mesma análise se aplica à taxa de homicídios de jovens de 12 a 24 anos que obteve redução de -10,55% em 2011, em relação a 2010, mas ainda permanece elevada quando comparada a 2006. Já os indicadores referentes entorpecentes (cocaína, maconha e crack) apresentaram evolução positiva no que tange à apreensão, porém o avanço das drogas é uma evidência preocupante constatada em pesquisas e relatos das autoridades e instituições como ONU, UNICEF, SENADE, Governos estaduais e organizações governamentais e não governamentais como sendo uma das causas principais da ocorrência de assassinatos na população de adolescentes e jovens atualmente. Dois outros indicadores ainda não recuaram e são preocupantes: a taxa de roubos a pessoas por 100 mil habitantes e a taxa de veículos roubados por 100 mil habitantes, que apresentaram crescimento de 11,10% e 13,27% em relação a 2006, respectivamente

Em termos do desempenho dos produtos ofertados via programas de governo, buscando atingir o resultado **Segurança Pública Integrada, Efetiva e com Credibilidade**, verifica-se que, do total de 20 produtos dos programas finalísticos, 8 obtiveram desempenho positivo e 12 aquém do esperado, significando que 60,0% dos produtos não cumpriram as metas previstas para 2011. Isso também sinaliza que tais produtos exerceram pouca influência sobre o desempenho do conjunto de indicadores de resultado. Entre os fatores que influenciaram o desempenho dos produtos, podem ser citadas as dificuldades na liberação de recursos do MAPP para alguns projetos e dificuldades com processos licitatórios, problemas que devem ser sanados para imprimir maior celeridade na viabilização dos produtos estratégicos.

Do ponto de vista financeiro, o desempenho orçamentário do conjunto de programas que contribui para o resultado foi satisfatório para 50,0% dos programas, conforme mostram os dados do SIOF/SEPLSG para 2011: Programa Ronda do Quarteirão (001), com realização de 97,61%; Programa Segurança Moderna e com Inteligência (204), que atingiu 82,11 %; Programa Proteção a Crianças, Adolescentes, Idosos e Minorias (200) com 60,0%; e o programa Gestão de tecnologia da Informação (888), com a execução de 54,5%. Há, no entanto, que se chamar a atenção para o programa Proteção a Crianças, Adolescentes, Idosos e Minorias (200) que vem apresentando execução

aquém do esperado desde 2009, quando atingiu 13,5%, em 2010 17,25% e em 2011 54,5%, fator que influi na relação na relação produto – resultado.

Cabe registrar, mais uma vez, que a área da segurança pública é bastante complexa, dependendo de políticas articuladas nos eixos social, econômica e de gestão para debelar os índices com pior desempenho, especialmente a taxa de homicídios dolosos, taxa de veículos roubados, assaltos a banco e a caixas eletrônicos na Capital e Interior. Apesar de tais desafios, cabe ressaltar o esforço continuado da área da segurança pública no Estado, fruto de um persistente trabalho e com efeitos positivos para a sociedade: Pode - se verificar que a aquisição de viaturas, motos e equipamentos foi um fator imprescindível para que se pudesse, em tese, manter o tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências de 19,44 minutos em 2006, para 14,49 minutos em 2011.

O aumento de viaturas (carros e motos) possibilitou um policiamento mais eficiente e eficaz, que impactou em elevação do número de indivíduos presos. O policiamento mantido pelo Programa Ronda aumentou significativamente o procedimento de abordagem em pessoas suspeitas, principalmente em ocupantes de motocicletas e mobiletes, no horário noturno. Todo este esforço se mostra bastante produtivo, pois demonstrou que a atuação policial vem sendo correta e satisfatória.

O policiamento de motos realizado pelo RAI0 vem obtendo um reconhecimento de toda sociedade. A aquisição de motos de alta cilindrada e o aumento do efetivo do referido grupo policial militar possibilitou uma inegável diminuição de ocorrências, principalmente de assaltos de bicicletas, praticados corriqueiramente na região metropolitana de Fortaleza.

O investimento no tocante ao processo de construção de 50 delegacias vem contribuindo para dar uma maior celeridade na realização de procedimento policial no interior do Estado. A Polícia Civil tem um papel fundamental no que diz respeito à retirada de infratores do seio da sociedade, além de contribuir com o Poder Judiciário com inquéritos bem elaborados e consistentes.

O trabalho desenvolvido pela Divisão de Homicídios, bem como a capacitação de delegados e inspetores, representou um marco no Estado, pois possibilitou que o percentual de homicídios não solucionados diminuísse de modo considerável.

A Perícia Forense do Ceará - PEFOCE como vinculada da SSPDS tornou as atividades de perícia técnica mais ágil e, ao ser concluída, confirmou a visão de prioridade por parte do Governo do Estado, possibilitando um aporte de recursos exclusivos para o reaparelhamento e modernização das instalações da PEFOCE, como a reforma do prédio do IML para implantação da perícia forense do Estado do Ceará, acarretará um melhor atendimento à sociedade em geral.

A Academia Estadual de Segurança Pública, quando concluída, vai possibilitar uma capacitação moderna e inteligente a todos servidores do sistema de segurança pública, com uma gestão voltada exclusivamente para o ensino, formação e aperfeiçoamento. A integração em uma didática única irá possibilitar a formação de uma doutrina de atuação que integrará todo o sistema de segurança com os parâmetros da Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP e adotado por todas as forças policiais mundialmente reconhecidas.

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

A violência é uma realidade inerente ao dia-a-dia da sociedade hodierna, muito embora sua ocorrência não se constitua num produto próprio da idade contemporânea, mas, sobretudo se evidencia como a consequência de um processo crescente da irracionalidade do homem que tem permeado a convivência entre as pessoas desde os primórdios em que elas resolveram ajuntar-se em sociedade. E a ruptura dessa harmonia causada, não raras vezes, pela imprevisibilidade de comportamento daqueles que deveriam ser, em princípio, mantenedores da paz social, suscita o surgimento de um cenário atual caracterizado pela multiplicidade de atos de violência diversos que desafia o aparato estatal. Neste contexto, a conjuntura de atividades desenvolvidas pela SSPDS reveste-se de uma complexidade singular, uma vez que o somatório de situações adversas, tais como: o aumento das redes de tráfico de drogas, a impunidade, a fragmentação das relações familiares, a pobreza, dentre outros fatores que contribuem para o aumento da violência, em especial o registro de um número grande de homicídios havidos nos últimos anos, têm dificultado o alcance dos resultados pretendidos.

A gestão da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social tem maximizado esforços na busca de uma segurança pública integrada, participativa, transparente e efetiva, com foco no enfrentamento da criminalidade e na violência, bem como a melhoria da sensação de segurança e tranquilidade da população.

Uma das principais mudanças constatada na segurança pública do Estado foi que ela passou a contar com estratégias e operações mais completas, no desenvolvimento de iniciativas de enfrentamento à violência, considerando a existência de uma diretriz orientadora, compreendendo um conjunto de iniciativas mais criteriosas e cientificamente precisas acarretando indubitáveis benefícios para a estrutura da segurança pública do Estado do Ceará.

Notório foi o interesse de todos os profissionais, nos níveis estratégico, tático e operacional, que se desdobraram no cumprimento de suas missões institucionais num incansável esforço para melhor atender as demandas crescentes na seara da segurança pública.

Quanto ao efetivo necessário podemos nos orientar pelo índice recomendado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), ou seja, um policial para cada 250 habitantes. Os efetivos das Polícias Civil e Militar são respectivamente, 1.970 e 15.225, totalizando 17.195 policiais, para uma população de 8.452.381 que equivale a um policial para 491 habitantes. Portanto, precisaríamos de um acréscimo de 16.614 integrantes no quadro geral de efetivo das duas policias, para que atingíssemos o número de 33.809 policiais, conforme os indicadores estabelecidos pela ONU.

Outrossim, urge que todas as boas iniciativas na área da segurança pública do Estado continuem a fazer parte de uma constante evolução constitucional com foco na integração organizacional e na melhoria da produtividade, em sintonia com as demais políticas públicas, fomentando por esta prática uma cultura de incentivo, de elaboração de programas e definição de prioridades que favoreçam cada vez mais a sociedade cearense.

III. LIÇÕES APRENDIDAS

- Fortalecer o acompanhamento dos programas, projetos e produtos, com a finalidade de garantir um resultado autêntico e efetivo na ocasião da elaboração dos relatórios anuais;
- O trabalho integrado realizado pelas forças de segurança pública tem resultados satisfatórios no campo operacional;
- A descentralização da execução dos projetos, após a aprovação da SSPDS, possibilita as instituições vinculadas realizarem seus projetos com maior agilidade.